

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.028](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.028)

O MODUS OPERANDI NEOLIBERAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE GESTÃO EDUCACIONAL MINEIRA SOB O GOVERNO DE ROMEU ZEMA (2019-2022)

LAÍS ALICE OLIVEIRA SANTOS

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU e Professora EBTT do Curso de Pedagogia do IFGoiano - Morrinhos, lais.santos@ifgoiano.edu.br.

MARIA SIMONE FERRAZ PEREIRA

Doutora em Educação pela Unicamp e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFU, msimonefp@ufu.br.

RESUMO

O ingresso do governador Romeu Zema na gestão de Minas Gerais no ano de 2019 trazia os prenúncios de um aprofundamento do viés neoliberal na gestão estatal ao disseminar as ideias de menos Estado, mais mercado. A ênfase, já anunciada na proposta de governo, em desestatização, na lógica de que os serviços públicos não precisariam ser ofertados diretamente pelo Estado e de que a gestão pública tem que se equiparar à gestão privada, traçava os *modi operandi* neoliberal que coadunaria com uma gestão educacional baseada na racionalidade técnica e na descentralização das responsabilidades de gerenciamento. No intuito de compreender o que de fato se consolida e como se consolida sob as influências dos ideais neoliberais nas políticas de gestão educacional mineira, realizamos a pesquisa bibliográfica e documental, que analisou os documentos do partido NOVO, o qual o governador Zema se vincula, políticas de gestão educacional implementadas em governos anteriores (2003-2019), e documentos referente aos programas SOMAR e Gestão pela aprendizagem (programas de gestão educacional implementados no decorrer da primeira gestão do governo Zema). A análise dos documentos em diálogo com os referenciais teóricos da área, como Paro (2012), Freitas (2014, 2018) entre outros, nos permitiu apreender como resultados que: 1. As políticas de gestão educacional implementadas na gestão Zema (2019-2023) só foram possíveis por um histórico de políticas de gestão educacional marcadas sob

o viés neoliberal; 2. O que se consolida na gestão educacional tem fortes influências do modus operandi do partido político "NOVO"; 3. Os programas Somar e Gestão pela Aprendizagem apresentam um modus operandi neoliberal baseado na competitividade, na descentralização de responsabilidades do Estado, na transferência de responsabilidades aos municípios e entidades privadas, com foco na gestão gerencial e na avaliação como mecanismo regulador.

Palavras-chave: *Modus operandi* neoliberal, Governo Romeu Zema, Gestão educacional, Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Em meados dos anos de 1990, presenciamos o desenvolvimento de um Estado neoliberal no contexto brasileiro, o qual se camufla sob o discurso de retomada do Estado liberal clássico (séculos XVIII e XIX), importando princípios, como a diminuição das ações estatais em prol de garantir maior liberdade as ações do mercado. O Estado neoliberal ganha forças na sociedade na década de 1970, após a crise do Petróleo, realizando fortes críticas ao Estado de Bem-estar Social, defendido por Keynes (1883-1946), e consegue terreno sob a defesa das liberdades individuais, livre-mercado e menos Estado. À medida que se exime de suas funções, para dar abertura ao livre-mercado, coloca a Educação – uma política pública social – como uma das vilãs responsáveis por acentuar a crise do capitalismo.

Para os neoliberais, as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade (HOFLING, 2001, p. 37).

A Educação ofertada pelo Estado caracteriza-o como interventor e centralizador, o que, na visão dos neoliberais, “constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a reestabelecer o seu equilíbrio” (HOFLING, 2001, p. 37). Desse modo, defendem que a Educação, nas mãos do Estado, torna-se padronizada e universalizada, o que fere a liberdade de escolha aos indivíduos, ao ficarem restritos a um único tipo de Educação fornecido pelo Estado. Por esse motivo, propõem que o Estado divida – inicialmente – e transfira suas responsabilidades com o setor privado, para que cada indivíduo faça a escolha educacional que desejar aos seus. Como também defendem a equiparação do funcionamento do setor educacional ao mercado, incorporando a competitividade, o modelo de gestão gerencial, a responsabilização por meio de instrumentos de avaliação em larga escala.

A partir dessas considerações, podemos enunciar que o neoliberalismo, como uma nova “razão de mundo” (LAVAL, 2004), que tem se difundido em diversos países, com o apoio dos Organismos Internacionais, vai constituindo um *modus operandi*. Essa expressão, oriunda da língua latina e tem como significado literal “modo

de operação”, e é utilizada para expressar como uma instituição, com determinadas características, estabelece um perfil de ação. Assim, o *modus operandi* neoliberal é capaz de organizar um conjunto de características que especifique os processos, funções, princípios que nos ajudam a o identificar como tal. Por isso, de um modo geral, podemos afirmar que o *modus operandi* neoliberal afeta diretamente as funções dos Estados, constituindo-os como reguladores e coordenadores. Mas isso, apenas de um aspecto geral, pois sabemos que o neoliberalismo se efetivou com um diferente *modus operandi* na Inglaterra, sob o comando de Margareth Thatcher, em comparação a como se efetivou nos Estados Unidos, sob o comando de Ronald Regan.

Assim, por mais que haja uma regularidade no *modus operandi* neoliberal nas políticas educacionais, há também as diferenciações que ocorrem à medida que cada governo se faz único no seu modo de conduzir os Estados Neoliberais. Ao delimitar o *modus operandi* do neoliberalismo, como eixo condutor desta pesquisa foi possível perceber o quão grande seria a abrangência desta sem o delineamento de uma região específica de nosso país para a investigação. Por isso, selecionamos o estado de Minas Gerais como um recorte regional para avançar na pesquisa. A escolha se deu por Minas ser um dos estados brasileiros que têm reconhecimento dos Organismos Internacionais, pela efetivação de medidas de cunho neoliberal, e, além disso, recentemente tem sido ocupado por um governo que declara abertamente implementar ações políticas de vertente neoliberal.

Para além do histórico que perpassa o governo de Minas Gerais sendo ocupado por governos de direita, o ano de 2018, marca as eleições mineiras com a vitória nas urnas do então candidato Romeu Zema, herdeiro, bisneto do fundador do Grupo Zema¹, com 71,80% dos votos contra o candidato Antonio Anastasia do PSDB. Os governos “tucanos” eram tradicionalmente os mais propensos a ganharem as eleições, tendo em vista que desde o ano de 2003 até 2014 estiveram a frente da gestão mineira. Porém, Romeu Zema, representando e representado pelo partido NOVO, assume o governo mineiro no ano de 2019.

Considerando as reflexões iniciais e ao estabelecer o estado mineiro como o recorte regional de nossa pesquisa, elencamos como **objetivo geral**: Compreender os *modi operandi* do neoliberalismo nas políticas educacionais de Minas Gerais,

1 O Grupo Zema é composto por uma rede de empresas que atuam em cinco áreas: Varejo de Eletrodomésticos e Móveis; Distribuição de combustível; Concessionárias de veículos; Serviços financeiros; e Autopeças.

com foco na gestão, no decorrer do primeiro mandato do governo de Romeu Zema (2019-2022).

Para atingir o objetivo delimitado realizamos a pesquisa bibliográfica e documental, que analisou os documentos do partido NOVO, o qual o governador Zema se vincula, políticas de gestão educacional implementadas em governos anteriores (2003-2019), e documentos referente aos programas SOMAR e Gestão pela aprendizagem (programas de gestão educacional implementados no decorrer da primeira gestão do governo Zema).

Para compor este capítulo explicitaremos aspectos que marcam a história da educação mineira, sob o viés neoliberal, para que seja possível ao leitor perceber o *modus operandi* que se materializa nas políticas de gestão educacional desde os governos de Aécio Neves até Fernando Pimentel (2018). Como também aspectos que circundam e influenciam a idealização e concretização das ações educacionais nos moldes neoliberais, que foi apreendido pela pesquisa a influência do *modus operandi* do partido “NOVO” nas políticas educacionais na primeira gestão do governo de Romeu Zema (2019-2022). E, por fim, colocaremos em evidência duas ações educacionais, o Projeto Somar e a Gestão pela Aprendizagem que reverberam um *modus operandi* neoliberal baseado na competitividade, na descentralização de responsabilidades do Estado, na transferência de responsabilidades aos municípios e entidades privadas, com foco na gestão gerencial e na avaliação como mecanismo regulador.

Ressaltamos que o que apresentamos neste capítulo é resultado parcial da pesquisa de doutorado, “As políticas educacionais mineira aos *modi operandi* do neoliberalismo: dos governos Aécio Neves ao governo Romeu Zema (2003-2022)”².

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, por possibilitar ao investigador uma maior amplitude do objeto de estudo ao entendê-lo de diferentes aspectos, social, político, histórico, cultural, econômico, seja de modo independente, como interdependentes entre si, de forma complexa e contextualizada. As pesquisas na área educacional, em específico as investigações em políticas educacionais, tem

2 Tese inserida no projeto “A política educacional no Estado de Minas Gerais e a questão da qualidade: avaliação externa e gestão na centralidade da agenda mineira” (pesquisa aprovada na CHAMADA FAPEMIG 01/2021 – DEMANDA UNIVERSAL – PROJETO APQ-01517-21)

utilizado esta abordagem, por dentre tantas outras de suas características, por proporcionar aos investigadores qualitativos um interesse *“mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos”* (BOGDAN; BIKLEN, 1993, P. 49, grifos do autor). Portanto, é sob esse viés que construímos esta pesquisa, na pretensão de compreender os *modi operandi* do neoliberalismo na área da gestão educacional nas políticas educacionais de Minas Gerais, no governo de Romeu Zema (2019-2022).

Para atingir nosso objetivo nos respaldamos na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, forneceu-nos, através de “[...] pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses [...]” (SEVERINO, 2015, p. 122), um conjunto de referências que contribuem para alargarmos a discussão e o entendimento de temas que são fundantes da pesquisa, como Estado neoliberal, Neoliberalismo e Gestão educacional. Para tal, contamos com a contribuição de autores, como: Hayek (2010); Harvey (2014); Dardot e Laval (2016) para a primeira temática e Cury (2002); Casassus (1990); Freitas (2018); Laval (2004); Speck (2018) para a temática de gestão educacional.

A pesquisa documental, que é um processo metodológico que utiliza técnicas e diversos instrumentos para apreender e compreender o objeto de estudo (FÁVERO; CENTENARO, 2019), mostra-se através do uso do documento escrito como fonte, como uma pesquisa muito rica de compreender e analisar as políticas educacionais. Portanto, os documentos elencados no quadro 1, foram essenciais para que se compreendesse o objeto investigado.

Quadro 1: Documentos analisados na pesquisa

Pesquisa Documental		
1.	Documentos do PSDB	Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira (2017); Ata da 14ª Convenção Nacional do PSDB 92017); Plano de Mário Covas – O desafio de ser presidente: compromisso com a democracia (1989)
2.	Documentos do PT	Manifesto da Fundação (1980); Carta de Princípios (1979)
3.	Documentos do Partido NOVO	Estatuto do Partido (2014); Termo de Compromisso e atuação Legislativa (2014); Termo partidário de Gestão do Poder executivo (2014); endereço eletrônico do Partido.
4.	Documentos Governo Zema	Plano de Governo “Liberdade ainda que tardia” (2018); Projeto Somar (2021); Projeto Mãos Dadas (2021).

O pesquisador qualitativo na área de políticas educacionais vai de encontro aos documentos, com intencionalidade. O conhecimento contido no documento a

ser investigado não está dado. Por isso, o documento precisa ser tratado partindo de uma organização dos elementos que dele são retirados, aspecto que realizamos nos tópicos que se seguem neste capítulo, ao trazer os dados analisados e reflexões sobre o modus operando do neoliberalismo nas políticas de gestão educacional do governo de Romeu Zema.

O NEOLIBERALISMO PRESENTE NA HISTÓRIA DA GESTÃO MINEIRA: DO GOVERNO DE AÉCIO NEVES A FERNANDO PIMENTEL (2003-2018)

As gestões do governo de Minas Gerais sob a condução dos governos do PSDB, em que estiveram à frente Aécio Neves (2003-2010) e Antonio Anastasia (2010-2014), demonstram a concretude do projeto neoliberal nas políticas públicas. Apesar de afirmarem implementar mudanças inovadoras, o *modus operandi* do neoliberalismo do partido PSDB, “herdado” pelo governo Federal de FHC em 1995, esteve mais do que presente, pelo modo que propuseram e colocaram em ação o programa “Choque de Gestão”, que, como o próprio nome sugere, focaliza as mudanças estatais baseadas num modelo de gestão gerencial, incorporando princípios e diretrizes do setor privado à gestão pública. Esse programa passou por três fases, que se complementaram durante os anos de gestão peessedebista e, segundo Augusto (2013), seguiu as seguintes diretrizes:

- a) de um estado provedor para um estado regulador e promotor; b) da burocracia como forma de gestão para o enfoque gerencial; c) de uma forma de controle sobre procedimentos para uma forma de controle sobre resultados, tendo por base o comprometimento e alinhamento dos gestores (AUGUSTO, 2013, p. 1273).

O que esse modelo reverberou para a educação, foi um foco na gestão como forma de resolver os problemas educacionais, dissociado dos processos pedagógicos. Assim, o *modus operandi* do neoliberalismo sob os governos peessedebistas colocou a avaliação em larga escala como um meio de alcançar a “qualidade” educacional, sob a perspectiva técnica em que se prezava pelos resultados, em detrimento dos processos. A educação não era tratada e entendida como um direito, mas como um produto no mercado educacional, e que tinha como função formar capital humano para o mercado de trabalho.

No ano de 2008, foi estabelecido um “Acordo de Resultados”, com o compromisso firmado entre Secretarias do Estado e o poder executivo e entre as Secretarias do Estado com os órgãos competentes, que, no caso da Educação mineira, refere-se ao acordo entre as Superintendências Regionais de Ensino e as respectivas escolas estaduais. Assim, elas são atores do “Acordo de resultados”, no qual foram obrigados a firmar o compromisso de alcançar os índices de desempenho estipulados pelas metas do órgão central, tendo como instrumento o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica (Simave). Sobre o “Acordo de Resultados”, Augusto (2013) nos esclarece que

A política de resultados, como vem sendo feita em Minas Gerais, é um modelo que coloca sobre os ombros das escolas e professores a responsabilidade pelo sucesso ou o fracasso dos alunos, como se o desempenho acadêmico do aluno dependesse exclusivamente da ação pedagógica do professor, que deve, segundo tal lógica, monitorar resultados, contribuir na economia de despesas, sempre em sintonia com os objetivos mais amplos do governo (AUGUSTO, 2013, p. 1281-1282)

Além da Lei n.º 17.600, de julho de 2008, disciplinar sobre o “Acordo de resultados”, ela também se refere ao “Prêmio por Produtividade”, que “é um bônus a ser pago aos servidores em efetivo serviço” (Art. 23), que realizar a avaliação de desempenho individual e obter um resultado satisfatório, assim como “na avaliação de produtividade por equipe, realizada nos termos definidos em decreto, resultado igual ou superior a 70%” (setenta por cento) (MINAS GERAIS, 2008, Art. 24, II), o Prêmio exclui todos os professores contratados e temporários, mesmo que eles tenham as mesmas responsabilidades que os demais.

Na lógica do viés neoliberal, de uma gestão gerencialista a flexibilização no campo do trabalho repercute maiores possibilidades de adaptação dos que concorrem por uma vaga de emprego no mercado, se adequando ao que o mercado pode pagar e oferecer. As leis trabalhistas e regulamentações que garantem estabilidade, salário-mínimo aos empregados são como freios ao desenvolvimento e crescimento do mercado, sendo desejável a maior flexibilização possível (MISES, 2010). Demonstrando o descaso para com a Educação mineira, os governos do PSDB não implementaram a Lei n.º 11.738/2008, que instituía o Piso Salarial Profissional Nacional e destinava 33,3% da carga horária da jornada total de trabalho dos professores para a realização de atividades extraclasse, como planejamento, formação continuada, correção e elaboração de atividades, entre outras. Essa realidade de

precarização do trabalho docente resultou na contraposição, por parte dos professores, que, organizados junto ao sindicato, realizaram uma greve que durou 112 dias (AUGUSTO, 2013).

A preocupação notória e compromisso firmado pelo estado de Minas Gerais era para com a transformação da educação, tida como um direito para tornar-se educação como mercadoria, por meio da relação próxima com o setor privado e o compromisso firmado com os *rankings* Nacionais e Internacionais, favorecendo a lógica da competitividade. Esse modo de funcionamento, que preza o alcance de dados quantitativos, trouxe à Educação mineira diversas consequências, como as elencadas por Reis (2010) *apud* Linhares e França Jr. (2013),

Na contramão dessa busca por um posicionamento nas estatísticas, observa-se uma série de problemas, agravados no curso dos 8 anos de gestão: a) aprofundamento das desigualdades regionais; b) a falta de investimento e infraestrutura; c) o desestímulo dos profissionais da educação – que têm um dos piores salários do país; d) a preocupação com um número reduzido de escolas e o abandono de milhares; e) a falta de democracia na gestão e na garantia dos conselhos; f) a estigmatização da educação do campo e o abandono da educação indígena e quilombola (REIS, 2020 *apud* LINHARES; FRANÇA JR., 2013, p. 200).

Essa realidade é consequência da adoção de uma política de metas e controle de resultados, na qual a gestão gerencial do Estado repercute na preocupação de alcance dos objetivos quantitativos, em detrimento dos objetivos qualitativos, que envolvem a qualidade, o acesso à educação, A valorização dos profissionais, o comprometimento com infraestrutura, financiamento adequado, entre outros.

A proposta de governo de Fernando Pimentel³, que ingressa no governo mineiro no ano de 2015, vinha na contramão do que havia sido implementado nos governos do PSDB, sob o programa “Choque de Gestão”. O Plano de Governo de Pimentel intitulado, “Minas Gerais: perdendo o bonde da história”. Enfatizava o momento de profunda mudança social que ocorria no Brasil, devido aos anos de gestão dos governos de Lula e Dilma, as quais Minas estaria “perdendo o bonde da história”, em virtude dos 12 anos de gestão do PSDB. O Plano reforçava a busca de um resgate

3 O ingresso de Fernando Pimentel no governo de Minas Gerais, em 2015, marcou historicamente, por dois fatores: primeiramente, por ter sido a primeira vez que o PT elegeu um governador no estado de Minas Gerais; segundo, pela derrota nas eleições, em 2014, contra um partido que era tradição no estado, o Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, pelo qual concorria Pimenta da Veiga.

da participação popular nas tomadas de decisão de criação e implementação das políticas, de modo que os princípios de gestão democrática se contrapunham à lógica gerencialista que havia se firmado no estado mineiro. Enfatizava a necessidade urgente de modificar o modelo de Estado – “É preciso superar o Estado apenas gerente e **Recriar** o Estado Planejador” (MINAS GERAIS, 2014, p. 3, grifo do autor) –, reforçando a necessidade de se construir um planejamento a longo prazo, em contraposição aos planejamentos de curto prazo realizados pelo PSDB. Assim, defendia “uma nova forma de gestão, descentralizada, participativa e transparente” (MINAS GERAIS, 2014, p. 3) e criticava a incorporação dos mecanismos da rede privada à rede pública.

Portanto, a proposta apresentada pelo governo Pimentel repudiava os mecanismos de gestão utilizados pela gestão passada, e, ao invés disso, encontrava-se, repetidas vezes no plano, palavras como: participação, diálogo, escuta, capacidade de ouvir, interagir, acesso, no decorrer de todo o documento do Plano de Governo de Fernando Pimentel, enfatizando a transparência na gestão e a participação como “valores centrais neste novo modelo de gestão” (MINAS GERAIS, 2014, p. 4). Tentaram colocar em prática a gestão participativa, por meio de Fóruns Regionais de Governo, os quais foram instituídos pelo Decreto n.º 46.774, de junho de 2015.

Os objetivos dos Fóruns estavam em consonância ao modelo de gestão descentralizada, que previa abranger as demandas dos 17 Territórios de desenvolvimento de Minas Gerais⁴, que se subdividiam em 78 microterritórios. Com esse mecanismo de gestão territorial, pretendiam realizar um planejamento que abrangeiria todo o estado de Minas Gerais, utilizando de debates, apresentação de propostas e prioridades, diagnóstico da realidade social, monitoramento e avaliação, com o envolvimento da sociedade nas discussões (MINAS GERAIS, 2015).

O comprometimento do governo de Fernando Pimentel coadunou, em alguns aspectos, com a participação popular para compor os processos decisórios das políticas públicas, na tentativa de “colocar o poder nas mãos do povo”. Porém, não se efetivou, de fato, pois decisões que eram construídas nos Fóruns de discussões não eram levadas a cabo, ou pelas modificações das redações finais das legislações, ou pela inviabilidade de destinação de verbas e recursos para, de fato, se efetivarem. Dessa maneira, o *modus operandi* do neoliberalismo se sobrepôs ao

4 “Fóruns regionais de Governo são: Alto Jequitinhonha; Caparaó; Central; Mata; Mpedio e Braixo Jequitinhonha; Metropolitano; Mucuri; Noroeste; Norte; Oeste; Sudoeste; Sul; Triângulo Norte; Triângulo Sul; Vale do Aço; Vale do Rio Doce; e Vertentes” (MINAS GERAIS, 2015, Art. 9º).

modo de governar do PT em Minas Gerais, se tornou um conjunto de tentativas de construir um governo popular, em especial, uma educação popular, que não se concretizou.

Em grande parte, a não concretização se deu pelas escolhas de colocar o governo mineiro a serviço do capital em benefício da manutenção do poder hegemônico de grupos favorecidos, em detrimento dos trabalhadores da educação e de suas reivindicações. A respeito à característica principal que se assegurava o partido dos trabalhadores em seu surgimento, que criticava a utilização do Estado como mecanismo de perpetuação da estrutura do sistema capitalista, o estado mineiro fere esse princípio ao deixar as classes trabalhadoras (da saúde, educação e segurança pública) com salários atrasados e honrar as dívidas com os bancos.

O *modus operandi* neoliberal do governo Pimentel se mostrou, principalmente, através do Decreto de Calamidade Financeira do estado de Minas Gerais (Decreto n.º 47.101/2016), ao se eximir de suas funções, especialmente com relação à educação, que ficou à deriva do caos. Nos dois primeiros anos do governo de Pimentel, em decorrência da redução do crescimento da China, que fez com que o preço dos *commodities* fossem derrubados, e como Minas “é o maior produtor de ferro do país, um dos principais produtos exportados pelo Brasil”, “afetou o ritmo de alta arrecadação do estado” (VEJA, 2016, s/p.). Desse modo, o estado mineiro decretou estado de calamidade financeira, em dezembro de 2016. E, nesse contexto, explicitou-se as escolhas orçamentárias do estado, que atrasou inúmeras vezes o pagamento dos servidores públicos que atuavam nas áreas sociais, décimo terceiro sem previsão de ser pago e salários mensais fracionados em até três vezes. Nesse sentido, o Decreto de Calamidade Financeira foi utilizado como uma justificativa a estes problemas ocasionados aos servidores, como estipula o art. 1º do citado dispositivo, que “as receitas originárias, derivadas e transferidas têm sido insuficientes dado o severo momento econômico mundial e nacional que compromete a capacidade de investimento e custeio para a manutenção dos serviços públicos” (MINAS GERAIS, 2015, s/p.).

Um dos objetivos em se decretar o estado de calamidade é chamar a atenção da população e da federação quanto à situação financeira do estado, servindo para alarmar a gravidade da situação. O segundo objetivo é de caráter mais prático, que busca a flexibilização orçamentária, que permite aos estados o descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dando-lhes o “direito” legal de parcelar e/ou atrasar dívidas, suspender alguns gastos. Os dois

objetivos nos auxiliam a compreender a medida de calamidade assumida pelo estado mineiro, como estratégia neoliberal.

O primeiro objetivo se enquadra como estratégia neoliberal, ao chamar as responsabilidades para o fornecimento de serviços básicos da população a ela própria, tirando a responsabilidade do estado, sob o discurso de falta de dinheiro. E o segundo objetivo também é uma estratégia neoliberal, à medida que a flexibilização pode proporcionar a quebra dos direitos adquiridos pelos servidores do estado e da população, seguindo a mesma lógica defendida por Mises (2010), de querer a ausência de um salário-mínimo, para que o mercado pudesse operar a regulação dos salários de acordo com as demandas de empregos disponíveis, para que assim, mesmo em péssimas condições de trabalho, as pessoas estivessem empregadas. E seguindo essa lógica neoliberal, a gestão mineira escolheu parcelar e atrasar salários dos servidores, descumprindo as leis trabalhistas, pela flexibilização que o estado de calamidade financeira lhes proporcionava.

O principal fator que diferencia o governo do PT ao do PSDB, em seu *modus operandi* neoliberal, diz respeito ao princípio democrático e o apreço à participação de um grupo plural que represente a diversidade de interesses para a construção das políticas educacionais, que é marca dos governos petistas e tem sido fator excluído nos governos peessedebistas. E também, na negação de consolidar políticas educacionais que valorizem os professores, rompa com as desigualdades escolares, respeite as diversas “vozes” que compõem a educação que se efetiva o *modus operandi* neoliberal do governo de Fernando Pimentel. É um *modus operandi* neoliberal que mais permite as continuidades dos governos antecessores do PSDB do que as rompe. Sendo assim, faz poucas reformas, que não foram capazes de romper com os modelos de gestão gerencial e avaliação para regulação.

Ressaltamos que esta trajetória de viés neoliberal, concretizada nas ações dos governos mineiros ao longo dos anos de 2003-2018 teve contribuição para que o *modus operandi* neoliberal se aprofundasse na gestão do governo de Romeu Zema (2019-2022). Apresentamos em sequência, mas um dos elementos que contribuíram para que ocorresse esse aprofundamento das políticas de gestão educacional no contexto mineiro, o posicionamento político e ideológico do partido NOVO, o qual se vincula o governador Romeu Zema.

A INFLUÊNCIA DO NOVO NA GESTÃO MINEIRA.

O partido político intitulado NOVO foi criado em 2011, sendo representado pelo número 30 e é o 33º partido em funcionamento. Deste mesmo ano a 2015 (ano em que registraram o partido no Tribunal Superior Eleitoral – TSE), se dedicam à formação de lideranças e à definição do programa partidário, estabelecendo os princípios e regras gerais. No ano de 2016, participaram, em cinco capitais, da primeira eleição municipal, e elegeram quatro vereadores. Em 2018, participaram da primeira eleição nacional, na qual elegeram o Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, 8 deputados federais e 12 estaduais. Já no ano de 2020, participaram da segunda eleição municipal, na qual elegeram o prefeito de Joinville e 28 vereadores, em 19 cidades. Isso nos mostra que ao longo destes anos recentes, o NOVO tem se consolidado, divulgado seu nome e sua **marca** e disseminado suas propostas (NOVO, 2022).

O partido NOVO, dentre os aspectos neoliberais que enunciavam em campanhas políticas, destaca-se o estreitamento da gestão empresarial à administração estatal. Para o próprio partido, determinam as funções como se fossem mais uma empresa no “mercado político”: “Sócios: filiados; diferencial: novas lideranças, novas práticas, novas posturas; produto: os mandatos; ativo: a imagem; cliente: o cidadão brasileiro; risco: perder os nossos diferenciais” (NOVO, 2022, s/p.). Nos desafios apresentados pelo partido mencionam “estruturar uma *startup* na política” (idem). A startup se relaciona aos projetos inovadores, um modelo de negócio a ser implementado na política para geração de lucro. Assim, equiparam os termos gerenciais para empregarem ao governo, como entendem o partido como uma empresa, quem fazer dos cargos políticos uma administração gerencial.

Nesse sentido, o NOVO declara, em seu Estatuto do partido, como um dos diferenciais, “suporte ao candidato e ao mandatário”, no qual “é prevista a criação de um órgão de apoio e controle que desenvolverá técnicas, métodos, e padrões de atuação que resultem na maior eficiência de suas atividades” (MINAS GERAIS, 2014, s/p.), assim como no inciso I, do Termo de compromisso partidário, no qual preveem, “Estabelecer metas e planejamento, tão mensuráveis quanto possíveis, para alcançar resultados de curto, médio e longo prazos”. E ainda, podemos encontrar no Estatuto que “para a realização de seus objetivos a Fundação poderá: I – contratar serviços de consultoria de empresas especializadas, de notória reputação”; e “V- desenvolver modelos de gestão eficiente, globais ou setoriais, adequados aos

diferentes territórios, prioridades e orçamentos da administração” (MINAS GERAIS, 2014, s/p.).

Ao assumirem o viés da eficácia como meio de alcançar os objetivos do partido, esta está presente no modo de organizar não só as condutas da administração estatal, como também de administrar a educação. Com a finalidade de reorganizar o modo de funcionamento do setor educacional para que se adeque a lógica da concorrência mercadológica, com o discurso de garantia das liberdades individuais e melhoria dos serviços, a educação, nesse contexto, é entendida como mais um setor do mercado que possui vários produtos a serem comercializados, como o conhecimento, o aluno escolarizado, o currículo etc., assim como vários agentes que queiram produzir, vender ou comprar qualquer um desses produtos educacionais devem ter acesso livre para que assim o possam fazer.

Nesse sentido, o partido NOVO estabelece para a educação: “Programa de bolsas em escolas particulares para alunos do ensino público;” “Universidades com **gestão moderna**, parcerias privadas e com fontes de financiamento alternativas”, entre outras medidas (NOVO, 2022, s/p., grifos nossos). Segundo Laval (2004), essas medidas que utilizam o discurso da modernização nos seduzem por se apresentar como sinônimo de qualidade, porém, não o são. Ao revisitar o dicionário de ciência sociais de 1960, Laval (2004, p. 205, grifos nossos) explicita o verdadeiro significado de modernizar: “converter as sociedades ou setores da sociedade ainda tradicionais à modernidade rompendo os costumes, **eliminando maneiras de ser e de fazer que repugnavam a primazia da eficácia e da racionalidade**”.

A concepção de eficácia que se impôs progressivamente na educação, como foi visto para o caso americano, considera que a eficácia é sempre mensurável, que ela pode ser relacionada a dispositivos, a métodos e técnicas inteiramente definidas, padronizadas e reproduzíveis em grande escala, com a condição, todavia, de uma “formação”, de uma “profissionalização”, de uma “avaliação” e de um controle dos agentes de execução, no caso os professores. Essa concepção supõe, igualmente, a construção de aparelhos de medida, de teste e de comparação dos resultados da atividade pedagógica. Em outros termos, ela é inseparável de uma burocratização da pedagogia (LAVAL, 2004, p. 207)

Desse modo, o *modus operandi* neoliberal do partido NOVO projeta para o campo educacional os mesmos princípios de gerenciamento baseado no alcance de metas quantificáveis, palpáveis as escolas espaços educativos. Também,

entendem a educação, como particularidade das “escolhas individuais” dos sujeitos, por isso, não cabendo ao Estado a tutela dessa área social. Além disso, possuem propostas para educação, que coadunam com que ela cumpra a finalidade de formar sujeitos úteis às necessidades do mundo econômico, assim como as propostas almejam transformar a educação em mais um negócio. Crosso e Magalhães (2016) reafirmam essa crescente lógica mercantil presente na educação, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, de modo que tem “fomentado verdadeiras indústrias e negócios que visam fundamentalmente à extração do lucro” (CROSSO; MAGALHÃES, 2016, p. 19).

A GESTÃO EDUCACIONAL PÚBLICA NOS MOLDES PRIVATISTA EM MINAS GERAIS: PROJETO SOMAR E GIDE EM FOCO.

No contexto das propostas do partido NOVO, o governador Romeu Zema se insere na política mineira no ano de 2019, com demonstração de sua proximidade com os ideais neoliberais, que em seu plano de governo sugeriam a defesa das liberdades individuais dos sujeitos na sociedade, pois intitulava-se “Liberdade ainda que tardia” (MINAS GERAIS, 2018). No mesmo documento apresenta a defesa da privatização, pelo discurso de que este é melhor caminho para a melhora da prestação dos serviços, assim focalizava o serviço público ganharia em eficiência quanto mais se assemelhasse a uma empresa privada. Desse modo, as ações educacionais ganham centralidade na área da gestão educacional, salientando que a solução educacional se concentra em esforços que devem ser realizados área técnica, e não necessariamente pedagógica.

E é exatamente sob esse viés, que Romeu Zema seleciona a secretaria de educação que se define como uma secretária técnica, pois nas palavras de Julia Sant’anna, “Vim para este cargo com o compromisso de ter uma **gestão** bem **técnica** e nesse início de atividade é fundamental que se tenha um trabalho bastante ágil” (ESTADO DE MINAS, 2019, s/p., grifos do autor). Assim, nos voltamos a tratar das ações educacionais direcionadas a gestão das escolas, que ganham centralidade no contexto da educação mineira. Destacamos neste capítulo o Projeto Somar e GIDE, lembrando ao leitor que este é um recorte da pesquisa, portanto que fique claro que a primeira gestão do governo Zema é marcada por outras políticas educacionais que constituem o *modus operandi* neoliberal.

O “Projeto Somar” tem como foco compartilhar a gestão das escolas públicas com Organizações da Sociedade Civil (OCS), sob a justificativa de que esse tipo de política pode “melhorar métricas de desempenho e evasão escolar, com novas concepções pedagógicas e administrativas”. Inicialmente, a gestão mineira selecionou apenas três escolas, para que fosse realizada uma experiência piloto do compartilhamento de gestão da escola. As três escolas participantes do Projeto⁵ continuariam sendo públicas e gratuitas, com toda infraestrutura e maquinário pertencentes ao Estado, mas com a diferença de que a gestão dessas escolas não seria responsabilidade do estado mineiro e de seus servidores, pois, ao selecionar uma Organização da Sociedade Civil (OSC) para compartilhar a gestão da escola, haveria a permanência do diretor da escola, atuando juntamente com um gestor da OSC, e a eles caberia a escolha dos profissionais que atuariam na escola. Desse modo, seria gerada a remoção de todos os servidores das escolas do projeto.

A intenção da SEE-MG é de que, ao estabelecer o compartilhamento da gestão, as escolas possam ser contempladas com os benefícios de um novo olhar para as juventudes, oriundo de OSC, com experiência e novas propostas pedagógicas. O foco é na implementação do Novo Ensino Médio. A partir de editais, foi selecionado o Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB), por este se destacar no que se refere à compatibilidade do currículo oferecido com o currículo almejado pela reforma do Ensino Médio. A CETEB constrói sua proposta pedagógica a partir de temas como Plano de Carreira, Empreendedorismo, Projeto de Vida, entre outros, o que coaduna com habilidades e competências expostas na proposta curricular do Novo Ensino Médio.

Oliveira (2022, p. 5) destaca que esse projeto se ancora na percepção de que as OSC têm mais condições de “implementar uma gestão de resultados, gerando uma performance melhor nas avaliações em larga escala e também, na satisfação das comunidades”. Assim, a “necessidade” de compartilhar a gestão com as OSC, na verdade se efetiva como a intenção de modificar a estrutura de gestão escolar, que, segundo a LDB (1996), deve ser pautada no princípio de gestão democrática, para ser uma gestão de resultados. Isso se comprova no modo como estabelecem etapas e metas para acompanhar o andamento e alcance do projeto, baseados na eficácia e eficiência como parâmetros:

5 “Três escolas mineiras que atendem exclusivamente o Ensino Médio integram a iniciativa: E.E Francisco Menezes Filho, em Belo Horizonte; E.E Maria Andrade Resende, também na capital; e E.E. Coronel Adelino Castelo Branco, situada em Sabará, na Região Metropolitana” (SEE-MG, 2021, s/p.).

Os indicadores de desempenho são medidos semestralmente e anualmente da seguinte forma: Eficácia – semestral: Carga horária executada (curricular e extra); percentual de estudantes que participaram das avaliações de rede realizadas pela SEE e das avaliações externas (PROEB e SAEB); atualização tempestiva dos sistemas de informação, entre outros. Efetividade – anual: Desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa (PROEB); desempenho dos estudantes em matemática (PROEB); taxa de aprovação; taxa de reprovação; taxa de abandono; satisfação da comunidade escolar medida por meio de pesquisa (SEE-MG, 2021, s/p.)

Desse modo, a gestão compartilhada deve funcionar, para ser eficaz (ao comprovar o alcance das metas semestrais) e eficiente (ao comprovar o alcance das metas anuais), demonstrando boa performance nas avaliações externas. Para o alcance das metas, a gestão compartilhada contou com a abertura de edital, em janeiro de 2022, para a seleção de servidores de carreira do estado de MG, para se candidatarem à gestão das três escolas participantes do projeto. Os candidatos foram avaliados em relação ao currículo apresentado e realizaram entrevistas que tinham como foco avaliar as competências de: “gestão de pessoas, gestão de conflitos, gestão de lideranças, gestão de problemas, gestão pedagógica e gestão administrativa-financeira” (OLIVEIRA, 2022, p. 6).

Também foi publicado edital para contratação dos demais profissionais que iriam trabalhar na escola, como funcionários administrativos, serviços de cozinha, limpeza, professores e supervisão e outros. Todos esses profissionais foram contratados em regime CLT sem nenhum vínculo empregatício com o estado mineiro. Os professores foram selecionados por meio de análise de títulos, experiência profissional, entrevista e prova escrita e prova didática (que previa reconhecer as competências práticas dos professores através de uma aula de cinco minutos).

O citado projeto está ainda em sua fase inicial, tendo em vista seu pouco tempo de implementação. Porém, ele já traz a concretização dos *modi operandi* do neoliberalismo nas políticas educacionais. As características do *modus operandi* neoliberal que mais são ressaltadas no Projeto Somar (que se assemelha à fase inicial das “Charters Scholl”) são: a competitividade como elemento essencial para gerar a qualidade do ensino; o desempenho dos estudantes por meio de avaliações standardizadas como mecanismo de regulação; a gestão por resultados, entre outros.

Todas essas características pertencem à lógica de funcionamento mercadológica que vem sendo aplicada à educação e que cada vez mais tem colocado o

desempenho dos estudantes em evidência como fator determinante para averiguar a qualidade. No caso do Projeto Somar, ele abre as portas para implementação das “*Charters Scholl*” no estado de Minas Gerais, que possuem uma característica a mais do *modus operandi* neoliberal que é desejável ao governo Zema, conforme anunciado no Plano de Governo, que é perniciosamente colocar o desempenho dos estudantes medidos por meio de provas padronizadas como métrica que define a continuidade do funcionamento das escolas:

Enquanto **o desempenho não é um fator de risco à continuidade das escolas estatais**, nas escolas privadas, ao contrário, é preciso manter um nível satisfatório de eficiência e desempenho, além de conseguir atender às expectativas dos pais de seus alunos para poder se manter no mercado (MINAS GERAIS, 2018, p. 35, grifos nossos).

O plano demonstra o entendimento de que a pressão sob as escolas, sob seus profissionais e estudantes, para que haja um aumento do desempenho, seja algo favorável ao setor educacional, o entendendo, na verdade, como um mercado educacional. Neste mercado, a competição das escolas consigo mesmas e com as demais geraria uma preocupação, o que seria um motivo para firmar seu lugar no mercado educacional. Escolas públicas sob mais um tipo de ameaça, camuflado com o discurso de melhoria da qualidade, ficam à mercê de terem suas responsabilidades transferidas ao setor privado, visto que este tem sido visto como a solução de todos os males educacionais. O plano de Governo (2018) também apontava a rede privada como o grande exemplo a ser seguido para alcançar a melhoria da educação, “**Ensino Público com soluções do Ensino Privado**” (MINAS GERAIS, 2018, p. 35, grifos do autor), como é o caso do Projeto Somar, ao afirmar que as escolas continuariam sendo públicas e gratuitas, mas com a gestão privatizada; portanto, o modo de funcionar do ensino privado.

Nesse sentido, o Projeto Somar é a efetivação da perda do controle local, por meio da “parceria” estabelecida na gestão escolar, à medida que se descartam os processos de gestão que vinham sendo realizados, trocam por uma gestão de resultados, descartam os servidores que já trabalhavam na escola, que conheciam a comunidade, os alunos, descaracterizam toda a identidade da escola, para colocar nos moldes dos empresários da educação um novo escopo de trabalho, uma escola padrão privatizada.

Freitas (2018) já alertava sobre o foco na gestão escolar oriundo dos reformadores educacionais, para modificar os modos como a educação deveria ser ofertada e como deveria funcionar. Nesse sentido, a educação em Minas Gerais, sob a gestão de Romeu Zema, aderiu as mudanças educacionais, principalmente voltadas à gestão escolar. O Projeto Gestão Integrada da Educação Avançada (GIDE) é exemplo desse foco da gestão de Zema, pois se desenvolveu em parceria com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), logo ao primeiro ano em que Zema assumiu o governo mineiro, ao segundo semestre de 2019.

Esse programa baseia-se na metodologia PDCA, que é uma sigla utilizada na língua inglesa para se referir a: **Plan, Do, Check e Act**, que, ao se traduzir ao português, mostra o foco em: “Planejar, Executar, Verificar e Atuar” (SER-MG, 2022, s/p.). Essa metodologia deve ser utilizada pela gestão das escolas para direcionar a organização do trabalho pedagógico no cumprimento de metas para alcançar os resultados. Portanto, assim como no Projeto Somar, o objetivo gira em torno de consolidar escolas que sejam geridas sob a lógica privatista de gestão de resultados. Para isso, um dos desdobramentos da GIDE foi o programa “Gestão pela aprendizagem”, que tem como o foco a formação dos gestores.

A capacitação direcionada aos gestores baseia-se nos Desafios Pedagógicos, que levam os gestores a pensarem nas situações que ocasionam no mau desempenho dos alunos nas avaliações externas, para assim, traçar um diagnóstico. O próximo passo no direcionamento aos gestores baseia-se na definição de metas, que devem ser traçadas de acordo com os fins que se almeja alcançar, sem considerar os meios. E cada gestor, de maneira prática, deve traçar o plano de ação para que suas escolas melhorem nos resultados das avaliações externas. Esse plano de ação deve se dividir em diferentes dimensões, a de ensino-aprendizagem; ambiental; e Matriz SWOT, que se relacionam a uma lista de forças, fraquezas e oportunidades da escola. A partir desses passos ensinados na capacitação aos gestores, as escolas são incentivadas a construir um “painel de Gestão à vista”, que é observado durante as “visitas” dos consultores da FDG e dos representantes da SER.

Toda a estrutura do curso de formação de gestores está associada a uma perspectiva de capacitação prática, para que os gestores possam efetivamente colocar em ação o modelo de gestão de resultados. E por mais que o primeiro passo seja o diagnóstico da realidade de cada escola, já era previsto um padrão a ser implementado nas escolas, como a aplicabilidade do Programa 5S no plano de ação de ensino-aprendizagem. Esse programa é a importação de uma filosofia de

trabalho japonesa que visa à melhoria do desempenho dos alunos através de um conjunto de mudança comportamental. Os 5S significam: **Seiri**, senso de utilização; **Seiton**, senso de ordenação; **Seiso**, senso de limpeza; **Seiketsu**, senso de saúde; e **Shitsuke**, senso de autodisciplina. A coordenadora do GIDE, Claricie Nunes Siqueira da Silva, declarou o seguinte sobre a utilização dos 5S: “Este é um instrumento para a formação de hábitos saudáveis entre professores, estudantes e a comunidade escolar, visto que um ambiente limpo e organizado otimiza o tempo e facilita a aprendizagem” (SEE-MG, 2022, s/p.).

A GIDE é uma proposta de gestão nova no estado de Minas Gerais, mas já é realidade em outros estados brasileiros, como no Rio de Janeiro, que a implementa desde 2011. Ela é uma proposta de gestão formulada pela Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), que percebeu, no curso do aprofundamento do viés neoliberal no país, a possibilidade de trazer para a área educacional um sistema de gestão das redes privadas às redes públicas de ensino. A perspectiva é o alcance de resultado métricos, com mudança na forma com que a gestão das escolas trabalha, focando cada vez menos no pedagógico e cada vez mais nas estratégias que buscam os fins determinados por indicadores.

A GIDE teve início em agosto de 2019, com a participação de 251 escolas estaduais que ofertavam o Ensino Médio, e já no ano de 2021, contava com a participação de mais de mil escolas, o que demonstra a expansão que a Gestão gerencial tem assumido no estado mineiro. Como uma proposta que já vem sendo implementada em outros estados há anos, Macedo e Lamosa (2015) concluem sobre o desenvolvimento do programa no estado do Rio de Janeiro:

Concluimos que existe uma relação de causalidade entre a implementação do novo modelo de gestão de trabalho e a intensificação dos processos de desprofissionalização e proletarização do trabalho docente. Na contrarreforma gerencial, a administração escolar foi modificada, com a introdução de novas formas de regulação sobre o trabalho, sob a justificativa de que o novo modelo gerencial ampliaria a eficiência e qualidade do serviço público. A reforma na gestão do trabalho escolar, materializada na proposta de GIDE, vem produzindo com efeito a reorganização nas estratégias educacionais, a inserção de novos instrumentos de controle de resultados e racionalização dos recursos humanos e materiais. A contrarreforma gerencial vem instituindo na administração pública o modelo de gestão adotado pelo mercado, inserindo instrumentos de gestão do trabalho legitimados sob o pressuposto da eficiência empresarial (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 377)

A partir das políticas educacionais na área da gestão educacional aqui descritas, que foram implementadas no decorrer do primeiro mandato do Governo Zema, é possível identificar o *modus operandi* neoliberal focado no modelo de gestão gerencial privatista, seja no âmbito da Secretaria de Educação ou no âmbito das escolas. Tanto o Projeto Somar quanto o projeto GIDE apresentam a incorporação do modo de funcionamento da iniciativa privada à iniciativa pública, de maneira que a educação pública estadual passa a funcionar de maneira mais efetiva, como num mercado educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais implementadas no decorrer do governo de Romeu Zema ainda se encontram em andamento e necessitam de uma investigação mais aprofundada para que haja uma maior compreensão dos seus desdobramentos. No entanto, como o governador representa e é representado pelo partido NOVO, que declara a opção ideológica dos fundamentos neoliberais, suas ações no campo da Educação coadunam com essa perspectiva. Assim, esse governo efetivou suas escolhas de políticas educacionais como resultado do *modus operandi* neoliberal baseado em competitividade, gestão gerencial, descentralização, parcerias públicas privada, curricularização do básico, formação utilitarista, afastamento de processos democráticos e regulação por meio das avaliações em larga escala.

A gestão e a avaliação ganharam centralidade nas ações no campo educacional do governo de Romeu Zema, no desenvolvimento de seu primeiro mandato. Sob a defesa de realizar as melhorias na educação, justificou o uso de técnicas de gestão, avaliação e parcerias público-privado. Os mecanismos de técnica de gestão e avaliação são incorporados de um modo de funcionamento do tecnicismo, no qual os gestores⁶ têm a incumbência de traçar e atingir metas quantitativas. A transfeerência da gestão das escolas que atuam com o Ensino Fundamental e estão a cargo do estado, para ficar a cargo dos municípios, demonstra a desresponsabilização por parte do Estado, que prevê ter o mínimo de incumbências possíveis relacionadas à educação. A gestão das escolas sendo transferida às OSC, se relaciona à disseminação dos ideais de funcionamento das instituições privadas incorporados

6 "Os diretores devem ser escolhidos tecnicamente" (PLANO DE GOVERNO, 2018, p. 39).

as escolas públicas. O processo de melhoria das escolas liga-se aos aspectos do gerencialismo, diagnóstico, traçar de metas e planos de ação, executar e fiscalizar.

Sobre as Parcerias Público-Privadas (PPPs), evidencia-se a intencionalidade do governo em se desobrigar de suas responsabilidades de cuidado e manutenção das escolas públicas, transferindo-as para o setor privado. O discurso por detrás destas intenções gira em torno de ressaltar o ensino e a escola privada como superior a escola pública, criando um consenso de que não há nada para se fazer com a escola pública, a não ser entregá-la nas mãos de instituições privadas, desconsiderando que o compromisso do setor privado é com o lucro, e não com os indivíduos e sua formação. Busca-se aprofundar o desmantelamento da escola pública, ao querer transferi-la, por completo, às instituições privadas.

Esse tipo de parceria que o governo de Minas Gerais tem estabelecido com as instituições privadas favorece unicamente ao setor privado, que recebe prédios escolares prontos para “operar”, sem ter necessidade de investir seu dinheiro na compra de terreno, construção etc. A escola pública, construída com o dinheiro público, será destinada a empresas privadas. A proposta educacional desse governo favorece as instituições privadas, dando-lhes escolas, criando o senso comum de qualidade superior à pública, desburocratizando o processo de abertura de escolas privadas, equiparando o funcionamento da escola pública a escola privada. O objetivo camuflado por essas ações é desmantelar a escola pública, gratuita e de qualidade e, desse modo, o *modus operandi* neoliberal está presente nas políticas educacionais do governo de Romeu Zema em seu primeiro mandato, com indícios de que terá continuidade no segundo mandato.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena. Os últimos dez anos de governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1269-1285, out.-dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000400013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PSsQbtqs5JFG8N4G7y4hBfm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**, f. 168, 1993. 336 p.

CROSSO, Camila; Magalhães, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 17-33, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157622>. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2020.

ESTADO DE MINAS. **Deputado do partido de Zema bate boca com secretária de Educação**. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/06/13/interna_politica,1061597/deputado-do-partido-de-zema-bate-boca-com-secretaria-de-educacao.shtml. Acesso em: 1 jun. 2022.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Rev. Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n. 1, jan.-dez. 2019. 10.14210/contrapontos.v19n1.p170-184. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 11 ago. 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. 1 ed. **Expressão Popular**, f. 80, 2018. 160 p.

LINHARES, Clarice Barreto; FRANÇA JR., Adelson. O direito à educação na berlinda: Minas Gerais e os descaminhos na condução da política de educação. *In*: REIS, Gilson; OTONNI, Pedro. **Desvendando Minas**: Descaminhos do Projeto neoliberal. Belo Horizonte, 2013.

MACEDO, Jussara Marques de Macedo; LAMOSA, Rodrigo. A regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial da educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2288/2291>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei ordinária n.º 17.600, de 1 de julho de 2008.** Disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-17600-2008-minas-gerais-estabelece-a-estrutura-organica-da-administracao-publica-do-poder-executivo-do-estado-e-da-outras-providencias> Acesso em: 10 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Propostas de Diretrizes para o Programa de Governo Fernando Pimentel – 2015 – 2018.** Minas Gerais: perdendo o bonde da História, 2014.

MINAS GERAIS. **Lei n.º 21.710, de 30 de junho de 2015.** Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do grupo de atividades de educação Básica do poder executivo, altera a estrutura da carreira de professor de educação Básica e dá outras providências. 2015. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21710-2015-minas-gerais-dispoe-sobre-a-politica-remuneratoria-das-carreiras-do-grupo-de-atividades-de-educacao-basica-do-poder-executivo-altera-a-estrutura-da-carreira-de-professor-de-educacao-basica-e-da-outras-providencias> Acesso em: 20 jan. 2023.

MINAS GERAIS. **Plano de Governo de Minas Gerais:** Liberdade ainda que tardia. Minas Gerais, 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702//proposta_1533160671813.pdf . Acesso em: 12 mai. 2022.

NOVO. **Sítio eletrônico do Partido NOVO.** 2022. Disponível em: <https://novo.org.br/>. Acesso em: 11 mai. 2022.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. Projeto Somar: diminuindo o público e multiplicando o privado no ensino médio em Minas Gerais. **Revista Trabalho necessário**, v. 20, n. 42, mai.-ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53419/32474> Acesso em: 22 jan. 2023.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo.** Tradução: Haydn Coutinho Pimenta. São Paulo, Brasil: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS – SEE-MG. **Projeto Somar**. 2021. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/mapa-do-site/cidadao/projeto-somar>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (SEE-MG). **Em jornal virtual, SER de Nova Era vem destacando ações e produções de suas escolas na Gide**. 2022. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/em-jornal-virtual-sre-de-nova-era-vem-destacando-acoes-e-producoes-de-suas-escolas-na-gide/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2015.

VEJA. **Governo de Minas Gerais decreta calamidade financeira**. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/governo-de-minas-gerais-decreta-calamidade-financeira/>. Acesso em: 20 jan. 2023.